



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Rodrigo Senne Capone

Atividade financeira do Estado, desigualdade econômica e democracia: o papel da tributação no fortalecimento da democracia brasileira

Rio de Janeiro

2023

Rodrigo Senne Capone

Atividade financeira do Estado, desigualdade econômica e democracia: o papel da tributação no fortalecimento da democracia brasileira

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização (Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento).

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lodi Ribeiro

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

C246 Capone, Rodrigo Senne

Atividade financeira do Estado, desigualdade econômica e democracia: o papel da tributação no fortalecimento da democracia brasileira / Rodrigo Senne Capone. - 2023.

339 f.

Orientadora: Prof. Dr. Ricardo Lodi Ribeiro

Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1. Tributos - Teses. 2. Democracia - Teses. 3. Pobreza - Teses. I. Ribeiro, Ricardo Lodi. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 336.22(81)

Bibliotecária: Marcela Rodrigues de Souza CRB7/5906

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rodrigo Senne Capone

Atividade financeira do Estado, desigualdade econômica e democracia: o papel da tributação no fortalecimento da democracia brasileira

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização (Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento).

Aprovada em 27 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr. Ricardo Lodi Ribeiro (Orientador)

Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Dr. Carlos Alexandre de Azevedo Campos

Faculdade de Direito – UERJ

Prof. Dr. Gustavo da Gama Vital de Oliveira

Faculdade de Direito – UERJ

Prof. Dr. Marcos Aurélio Pereira Valadão

Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dr. Cleucio Nunes Santos

Universidade Católica de Brasília

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à minha amada mãe, Maria Rita Senne Capone, pelo apoio e amor incondicional e incentivo à uma vida de estudos, e à minha amada Fernanda Reis Carvalho Capone, pela amizade sincera, pelo companheirismo em todos os momentos, pelo amor verdadeiro e por abraçar os meus sonhos como se fossem seus. Após a conclusão do trabalho, recebi a grata notícia de que o nosso pequeno Enrico está a caminho. Logo, dedico este trabalho ao meu amado filho, motivo de muita alegria e luz nas nossas vidas. Te amo, meu filho! Que você seja um agente de mudanças neste mundo.

AGRADECIMENTOS

Uma tese é um dos mais ousados e difíceis projetos com o qual um acadêmico se depara no decorrer da sua jornada em busca de conhecimento. A entrega de um produto final só se torna possível por uma conjunção de fatores, incluindo uma rede de apoio que inspira, motiva e auxilia.

A conclusão dessa importante etapa da minha formação acadêmica não seria possível sem o suporte incondicional da minha amada esposa Fernanda, que me auxiliou de todas as formas possíveis, com o seu senso de justiça único e um coração do tamanho do mundo. As idas de Brasília ao Rio de Janeiro exigiram um esforço muito grande, considerando que as aulas eram semanais e os voos, na sua maioria, durante a madrugada. E ali estava ela, acordando às 5h ou antes e me levando até o aeroporto, para no dia seguinte me buscar depois das 22h. Por isso, agradeço imensamente pela sua presença na minha vida e pela motivação de sempre seguir em frente.

Agradeço imensamente à minha amada mãe e às minhas irmãs Anelise e Isabela, pelo amor, pelo carinho e pelo cuidado. Sem elas, eu jamais teria chegado até aqui, além de terem sido responsáveis por moldar o meu caráter com princípios e valores inquebrantáveis de amor, solidariedade, respeito e cuidado. Prova maior desse cuidado e amor são as minhas lindas e lindos sobrinhos Ricardo, Marina, Felipe e Giovanna, jovens com uma bela jornada pela frente. Registro a minha gratidão ao meu cunhado Alexandre, que há mais de trinta anos integra a nossa família, sempre muito companheiro e prestativo.

Agradeço ao Professor Ricardo Lodi Ribeiro, meu orientador, que com as suas contribuições acadêmicas me motivou, antes do Doutorado, a compreender como o Direito se aproxima de temas tão sensíveis à humanidade como a pobreza, desigualdade e democracia. O Professor Ricardo Lodi merece respeito e admiração pela sua trajetória e por viver e atuar de acordo com as ideias que defende, algo raro de se encontrar nos tempos atuais. No decorrer do Doutorado, assumiu a desafiadora missão de ser o Reitor da UERJ, tendo realizado um trabalho excepcional, em especial diante da pandemia da Covid-19, tendo lutado para que toda a comunidade acadêmica da UERJ pudesse dar continuidade aos seus estudos com segurança, concretizando a ideia de que a educação é transformadora e a um dos mais importantes ferramentais de combate ao ódio, ao extremismo, ao fascismo e à pobreza. Sou muito grato pela sua orientação e inspiração, nutrindo uma imensa gratidão à sua pessoa e admiração à sua trajetória acadêmica.

Agradeço ao Professor Carlos Alexandre de Azevedo Campos, registrando aqui a minha admiração e gratidão por compartilhar conosco o seu vasto conhecimento que transborda o campo do Direito Financeiro e Tributário, apresentando em sala de aula leituras sobre filosofia política, economia e nos apresentando a obras clássicas da nossa linha, bem como promovendo debates de alto nível em sala e fora de sala de aula. Nas suas aulas, pude expandir a minha visão sobre a intersecção entre tributação, democracia e desigualdade, tema desta tese. Ainda, agradeço a carinhosa acolhida na UERJ desde o meu primeiro dia de aula no meu primeiro semestre.

Agradeço ao Professor Gustavo da Gama que na disciplina sobre federalismo fiscal ministrada com maestria e brilhantismo me permitiu compreender a dinâmica que pauta grande parte dos atuais debates tributários, que na sua grande maioria das vezes têm ponto de contato com a questão da repartição de competências e receitas, bem como impactos na qualidade do Estado e das políticas públicas que promover e, conseqüentemente, na qualidade democrática.

Agradeço ao meu querido amigo e eterno Professor Marcos Valadão, que desde o mestrado vem contribuindo para a minha formação acadêmica e profissional, além de ter se tornado um grande amigo com quem divido ideias e aflições de todas as espécies. Registro a minha admiração pela coerência entre os valores que defende e a vida que vive, uma das maiores virtudes com as quais uma pessoa pode ser agraciada. As suas contribuições para a concretização desta tese foram imprescindíveis, a quem devo gratidão e admiração eterna.

Agradeço ao Professor Antônio de Moura Borges, meu orientador no mestrado na Universidade Católica de Brasília e amigo próximo, que me incentivou a dar continuidade à minha trajetória acadêmica e que continua a compartilhar os seus infindáveis conhecimentos sobre finanças públicas na cadeira que ocupa como Decano na Universidade de Brasília, motivo de admiração, por quem nutro uma eterna gratidão.

Agradeço ao Professor Cleucio Nunes Santos pela amizade e conversas sobre esta tese. A sua pesquisa me inspira e converge com os valores que defendo e nos quais acredito. Para os que te conhecem, o seu senso de justiça não poderia ser mais apurado, o que também fica evidenciado nas suas produções acadêmicas, motivo, dentre os diversos outros, que me faz admirar a sua pessoa e grande amigo que é.

Agradeço ao Professor José Manuel Almudí Cid, Professor Titular da Universidad Complutense de Madrid, que no primeiro semestre de 2020 me recebeu no Departamento de Derecho Financiero y Tributario para um período de pesquisa que foi abruptamente interrompido pela pandemia da Covid-19. Registro a minha eterna gratidão pela carinhosa

acolhida em terras estrangeiras e espero poder retornar em breve para respirar um pouco mais dos ares madrilenhos.

Agradeço ao Professor Paulo Campanha Santana, Coordenador do Curso de Direito e do Mestrado em Direito do Centro Universitário do Distrito Federal, com quem trabalho há alguns anos na Coordenação do Curso, por todo o suporte que me deu no decorrer do Doutorado, sempre me incentivando e aconselhando, bem como dando todo o apoio que esse projeto doutoral demandou. Muito obrigado pelo carinho e pela amizade.

Não posso deixar de registrar a minha admiração e eterna gratidão aos docentes da minha linha de doutorado, bem como aos demais docentes de outras linhas, com os quais tive aula: Professor Dr. Marcus Lívio Gomes, Professor Dr. Sérgio André Rocha, Professor Dr. José Ricardo Cunha e Professora Dra. Ana Paula de Barcellos.

Ainda, registro a minha gratidão à Professora Dra. San Romanelli Assumpção, brilhante docente do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de quem tive o privilégio de ser aluno em duas disciplinas sobre temas centras desta tese (Teorias da Justiça e Teorias da Democracia).

Agradeço a todos os servidores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do Secretário do PPGD, Sr. Alessandro Fraga, que permite que foquemos na condução a nossa pesquisa enquanto facilita todas as burocracias com as quais nos deparamos. É o seu suporte e de toda a sua equipe que nos permite ultrapassar a linha de chegada. Registro os meus agradecimentos à Sra. Ana Clara Brandão, Bibliotecária-chefe da Biblioteca de Ciências Jurídicas, que sempre, de forma muito eficiente, prestativa e gentil me auxiliou nas minhas demandas, e que exerce uma das funções mais importantes, qual seja, ser a guardiã de um vasto e histórico catálogo de livros. O que são os acadêmicos sem os livros, ou melhor, o que seria da humanidade sem os livros e todo o conhecimento que transmitem?

Por fim, agradeço aos queridíssimos amigos e amigas que, durante esses anos de renúncias e aflições, estiveram ao meu lado. Cabe aqui um registro especial aos amigos que a UERJ me deu. Cheguei no Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2018, sem conhecer ninguém, mas prontamente fui recepcionado como se frequentasse as arcadas da UERJ há anos. Muito obrigado aos meus amigos Ronaldo Campos, Lyvia Serpa, Maurine Morgan e Aline de Faria, todos(as) da Turma do Doutorado de 2018. Aos meus queridos amigos Uerjianos, pela amizade, carinho e trocas constantes: Alex, Daniel Alves, Erico Pimentel, Iuri Engel, Julio Cesar Santiago, Laís Gramacho, Renata Bilhim e Vanessa Benelli. Aos queridos amigos e brilhantes acadêmicos Marcio Augusto Campos e Leidson Rangel o meu muito obrigado. Agradeço a todos e todas pela pelo suporte e amizade durante essa caminhada!

RESUMO

CAPONE, Rodrigo, Senne. **Atividade financeira do Estado, desigualdade econômica e democracia**: o papel da tributação no fortalecimento da democracia brasileira. 2023. 339f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A presente tese tem por objetivo analisar como o atual desenho das instituições tributárias e das políticas de gasto público no Brasil contribuem para a manutenção das desigualdades, com ênfase nas econômicas, e com a erosão do regime democrático brasileiro, em contrariedade às opções constitucionais normativas vigentes, em especial aos objetivos constitucionais que orientam a construção de uma sociedade que promova inclusão social, política e econômica. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa desenvolvida nesta tese busca, no seu primeiro momento, analisar o atual estado das desigualdades econômicas no Brasil e no mundo, com base em dados recentes e pesquisas sobre a temática para que, com isso, demonstre-se como altos índices de desigualdade econômica e de pobreza, bem como a elevada concentração de riquezas no topo da pirâmide social representam obstáculos ao fortalecimento e consolidação da democracia e das suas instituições, contribuindo para o processo de erosão democrática, dificultando a promoção de igualdade política e igualdade de oportunidades aos indivíduos, em contrariedade aos objetivos constitucionais insculpidos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988. Na sequência, busca-se conceituar democracia e identificar na teoria política contemporânea quais são as condições necessárias para a existência de um regime democrático, tarefa que se mostra complexa, vez inexistir “um” conceito de democracia. Para tanto, adota-se como marco teórico a teoria democrática desenvolvida por Robert A. Dahl, que tem a igualdade política como valor central. A partir dessa análise, busca-se identificar quais são as condições favoráveis e desfavoráveis ao fortalecimento democrático, com especial ênfase nas desigualdades econômicas. Após, é realizado um exame do atual desenho da Matriz Fiscal brasileira, que engloba tanto a atividade arrecadatória pela via da tributação como o gasto público, com o objetivo de identificar a sua responsabilidade ao combate de desigualdades econômicas e a redução dos níveis de pobreza, problemas que obstaculizam a manutenção e fortalecimento da democracia no país. Por fim, são apresentadas propostas que buscam contribuir com o campo das finanças públicas e com o debate acerca da necessária redução de desigualdades econômicas e fortalecimento e consolidação do regime democrático brasileiro. Observa-se que o atual desenho da matriz financeira do Estado brasileiro não contribui para a redução de desigualdades econômicas e da pobreza, contrariando as opções normativas positivadas no texto constitucional, resultando na deterioração da igualdade política e da igualdade de oportunidades, que são condições à existência de uma democracia pautada em valores de justiça e inclusão. A conclusão a que se chega neste trabalho é a de que o fortalecimento e consolidação de um regime democrático exige condições sociais, econômicas e políticas em níveis que assegurem aos indivíduos igualdade política bem como um mínimo de recursos materiais que permitam o exercício dos seus direitos políticos de forma livre e autônoma e, para que isso ocorra, a tributação e o gasto público no Brasil precisam ser remoldados para se adequar à esse fim e aos parâmetros previstos na Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Atividade financeira do Estado. Tributação. Progressividade. Gasto público. Democracia. Desigualdade econômica.

ABSTRACT

CAPONE. Rodrigo, Senne. **State financial activity, economic inequality, and democracy: the role of taxation in strengthening Brazilian democracy.** 2023. 339f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The purpose of this thesis is to analyze how the current design of tax institutions and public spending policies in Brazil contribute to the maintenance of inequalities, with emphasis on economic ones, and to the erosion of the Brazilian democratic regime, contrary to the normative constitutional options in force, especially the constitutional objectives that guide the construction of a society that promotes social, political, and economic inclusion. To achieve the proposed objective, the research developed in this thesis seeks, in its first moment, to analyze the current state of economic inequalities in Brazil and the world, based on recent data and research on the subject, so that it can demonstrate how high levels of economic inequality and poverty, as well as the high concentration of wealth at the top of the social pyramid, represent obstacles to the strengthening and consolidation of democracy and its institutions, contributing to the democratic erosion process, making it difficult to promote political equality and equal opportunities for individuals, contrary to the constitutional objectives enshrined in article 3rd of the Brazilian Federal Constitution. Subsequently, the aim is to define democracy and identify in contemporary political theory the necessary conditions for the existence of a democratic regime, a task that proves to be complex, as there is no "one" concept of democracy. To do this, we adopt as a theoretical framework the democratic theory developed by Robert A. Dahl, which has political equality as its central value. From this analysis, we seek to identify the conditions favorable and unfavorable to democratic strengthening, with special emphasis on economic inequalities. After that, an analysis of the current design of the Brazilian Fiscal Framework is made, which encompasses both taxation and public spending, in order to identify its responsiveness to fighting economic inequalities and reducing poverty levels, problems that hinder the maintenance and strengthening of democracy in the country. Finally, proposals are presented to contribute to the field of public finance and to the debate about the necessary reduction of economic inequalities and the strengthening and consolidation of the Brazilian democratic regime. It is observed that the current design of the fiscal framework of the Brazilian state does not contribute to the reduction of economic inequalities and poverty, contradicting the normative options set out in the constitution, resulting in the deterioration of political equality and equality of opportunities, which are conditions for the existence of a democracy based on values of justice and inclusion. The conclusion reached in this thesis is that the strengthening and consolidation of a democratic regime requires social, economic, and political conditions at levels that ensure political equality for individuals, as well as a minimum of material resources to enable them to exercise their political rights freely and autonomously.

Keywords: Financial activity of the State. Taxation. Progressivity. Public spending. Democracy. Economic inequality.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	UM PANORAMA DA DESIGUALDADE ECONÔMICA NO SÉCULO XXI	19
1.1	Reflexões sobre um século desigual	19
1.2	Desigualdades econômicas	25
1.1.2	<u>O que é desigualdade econômica</u>	25
1.2.2	<u>Os custos dos elevados níveis de desigualdade econômica</u>	32
1.2.3	<u>O estado da desigualdade econômica na contemporaneidade</u>	36
1.2.3.1	América Latina: uma região historicamente marcada por desigualdades	47
1.2.4	<u>Brasil: um país extremamente desigual</u>	48
1.2.4.1	Breve análise da evolução da desigualdade econômica no Brasil	53
1.2.4.2	Brasil e as maiores economias da América Latina	59
1.2.4.3	Brasil e as maiores economias do mundo	64
1.2.4.4	A longa caminhada pela desconcentração econômica	68
1.3	Desigualdade ao extremo: a questão da pobreza	73
1.3.1	<u>Aproximação conceitual: o que é pobreza?</u>	74
1.3.1.1	A pobreza absoluta	79
1.3.1.2	A pobreza relativa	80
1.3.1.3	Pobreza para além de números: pobreza como fenômeno multidimensional	81
1.3.1.4	Critérios objetivos de medição de pobreza – Parâmetros adotados pelo Banco Mundial.....	82
1.3.2	<u>Um panorama da pobreza no Brasil e no mundo</u>	83
1.3.2.1	Os números da pobreza no Brasil	86
1.4	Desigualdade econômica como obstáculo ao processo de expansão de liberdades	92
1.5	Conclusões preliminares	107
2	A DEMOCRACIA E OS SEUS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE	109
2.1	A difícil tarefa de conceituar democracia.....	109
2.1.1	<u>O que é democracia</u>	111
2.1.2	<u>Por que escolher a democracia?</u>	132

2.1.3	<u>Democracia e igualdade política</u>	142
2.1.4	<u>Instituições políticas democráticas</u>	148
2.1.5	<u>Condições favoráveis e desfavoráveis à existência de um regime democrático</u> .	150
2.1.6	<u>Democracia como princípio estruturante do Estado brasileiro</u>	154
2.1.7	<u>Objetivos de uma democracia liberal igualitária</u>	156
2.2	Democracia em crise: erosão democrática e ascensão iliberal	161
2.2.1	<u>Um panorama do atual estado das democracias contemporâneas</u>	162
2.2.2	<u>Recessão democrática: ascensão iliberal e nacional-populismo no século XXI</u>	169
2.3	O impacto da desigualdade econômica no desenvolvimento e na estabilidade de regimes democráticos	178
2.4	Captura da esfera política pelas elites econômicas	189
2.5	Conclusões preliminares	201
3	FINANÇAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DEMOCRÁTICO	203
3.1	O papel da atividade financeira do Estado no desenvolvimento democrático	204
3.3.1	<u>A finalidade do Estado</u>	204
3.1.2	<u>O Estado Fiscal contemporâneo</u>	210
3.1.3	<u>Não há almoço grátis: custo dos direitos e a finalidade dos tributos</u>	215
3.1.4	<u>Falhas de mercado: a intervenção do Estado na economia</u>	220
3.1.5	<u>A atividade financeira do Estado</u>	226
3.1.6	<u>Direitos fundamentais sociais como instrumento de fortalecimento democrático</u>	229
3.1.7	<u>A promoção de direitos fundamentais via políticas públicas</u>	235
3.2	Repensar a Matriz Tributária brasileira: em busca de equidade e fortalecimento democrático	239
3.2.1	<u>Um diagnóstico dos problemas no campo da tributação no Brasil</u>	239
3.2.2	<u>A incompatibilidade do atual desenho da Matriz Tributária brasileira com as opções constitucionais normativas em vigor</u>	258
3.2.3	<u>Por um sistema tributário eficiente, mas justo</u>	263
3.2.4	<u>Uma análise das propostas de reforma tributária: muita eficiência, pouca justiça</u>	269
3.2.5	<u>Repensando a política de concessão de benefícios fiscais</u>	276

3.2.6	<u>Tributar, de fato, a riqueza</u>	285
3.2.7	<u>É preciso levar a progressividade tributária a sério</u>	292
3.3	A Austeridade Seletiva e o retrocesso social no Brasil: em busca de um novo regime fiscal inclusivo e democrático	302
3.4	Conclusões preliminares	315
	CONCLUSÃO	317
	REFERÊNCIAS	321

INTRODUÇÃO

Até pouco tempo a democracia era tida como uma certeza. A terceira onda democrática trouxe consigo a esperança de que o movimento de democratização seria de uma via só. Os regimes já democratizados se fortaleceriam e consolidariam com o passar do tempo. Os países em vias de se democratizar se aproximariam, dia após dia, da implementação e consolidação democrática. Os países regidos por autocratas não iriam resistir por muito tempo à tentação democrática.¹ Entretanto, a história tomou outro curso, não tão otimista como o previsto.

Hoje, nos dizeres de Adam Przeworski, “o apoio à democracia como sistema de governo está enfraquecido”². Para o autor, a “participação eleitoral está em declínio em muitos países, atingindo níveis inéditos”, e destaca que as “preferências populares sobre políticas públicas divergem acentuadamente”.³ Há uma nítida perda de confiança no Estado e nas suas instituições democráticas, sendo cada vez mais comum observar movimentos a favor do desaparecimento do Estado e manifestações em defesa de momentos sombrios da história, como a ditadura militar no Brasil.⁴ Como consequência, tem-se em curso um movimento de erosão da democracia liberal ou de regressão democrática, o que pode ser entendido como “um processo de diminuição do apoio à democracia por amplas camadas da opinião pública e de estreitamento das práticas associadas a ela”⁵.

¹ Destaque-se o que Robert A. Dahl afirma ao tratar sobre consolidar novas democracias e aperfeiçoar e aprofundar a sua democracia: “Suponha que dividamos os cerca de 200 países do mundo entre os que têm governos não democráticos, os que têm novos governos democráticos e os que têm governos democráticos longos e relativamente bem estabelecidos. Deve-se reconhecer que cada um desses grupos abrange um conjunto imensamente diversificado de países. Não obstante, essa tríplice simplificação nos ajuda a perceber que, de uma perspectiva democrática, cada grupo enfrenta uma dificuldade diferente. Para os países recentemente democratizados, a dificuldade é saber se e como as novas instituições e as práticas democráticas podem ser reforçadas ou, como diriam alguns cientistas políticos, *consolidadas*, para que venham a suportar o teste do tempo, o conflito político e a crise. Para as democracias mais antigas, o problema é aperfeiçoar e *aprofundar* a sua democracia”. DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Trad. de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016, p. 12.

² PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. São Paulo: Zahar, 2020, p. 25.

³ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. São Paulo: Zahar, 2020, p. 25.

⁴ Leonardo Avritzer explica que “Diversos países passaram por estreitamento ou regressões democráticas, como os Estados Unidos nos anos 1950 e a Itália nos anos 1970 e 1980, períodos mencionados anteriormente. Ainda assim, a democracia sobreviveu nos dois países. O que diferencia a sobrevivência e o apoio à democracia nos Estados Unidos e na Itália é que a construção da antidemocracia temo sido mais tópica e menos institucional do que no Brasil”. Ainda, sobre a importância do apoio social à democracia, destaca que “Em um país como o Brasil, que passou por diversas experiências autoritárias ao longo do século XX, a questão da satisfação com a democracia é vital para a construção de uma nova concepção mais consolidada de sistema”. Portanto, pode-se concluir que o nível de satisfação com a democracia é vital para a sua existência e fortalecimento.

⁵ AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019, p. 141.

O século XX foi palco de um verdadeiro pêndulo democrático. Para constatar tal movimento não é preciso ir muito longe. A América Latina foi cenário para diversas idas e vindas democráticas. O Brasil, a Argentina e o Chile, a título de exemplo, vivenciaram décadas de autoritarismo, exclusão social e negativa de direitos humanos. Mas a terceira onda de democratização possibilitou a abertura democrática e a expectativa para o século XXI, sob a ótica democrática, era promissora.

Por sua vez, a desigualdade econômica, um problema recorrente e estrutural que afeta não só o Brasil, mas praticamente todos os países do mundo, tem apresentado, nos últimos anos, um crescente aumento, resultando, por um lado, em um incremento do número de indivíduos que se encontram inseridos na faixa de pobreza e, por outro lado, no aumento da concentração de riquezas nas mãos de poucos indivíduos, dada a lógica de que o capital tende a se multiplicar e, quando concentrado, multiplica-se de forma concentrada.

A tendência da desigualdade econômica é confirmada por dados que colocam o Brasil entre os 20 países mais desiguais do mundo, de acordo com o Índice de Gini (48,9 em 2020).⁶ Como dito, aliada ao fenômeno da desigualdade econômica, está a concentração das riquezas nas mãos de poucos indivíduos. De acordo com o *Global Wealth Report* de 2016, no âmbito global, enquanto a metade inferior da pirâmide social possuía menos de 1% da riqueza total, os integrantes dos 10% do topo da pirâmide possuíam 89% dos ativos globais. Ainda, os integrantes do 1% do topo, sozinhos, respondiam por metade da riqueza total das famílias.⁷ Nesse sentido, Marcelo Medeiros afirma que “os ricos têm papel muito maior na desigualdade do que nós vínhamos pensando. Por isso, o 1% é tão importante: ele detém uma parte muito grande da renda e uma influência gigantesca na desigualdade”.⁸

Os dados referentes à acumulação do capital e da propriedade privada têm ganhado espaço no debate público nos últimos anos, dado o cenário preocupante para o qual apontam. Segundo Thomas Piketty, em todas as sociedades conhecidas, em todas as épocas, a metade mais pobre da população, em termos patrimoniais, não possui quase nada (em torno de 5% da riqueza total; o décimo superior na hierarquia da riqueza detém a maior parte da riqueza disponível na sociedade [em geral mais de 60% da riqueza total, por vezes chegando a 90%]; e a população entre esses dois grupos [ou seja, 40% da população], detém algo entre 5% e

⁶ GINI Index (World Bank estimate). The World Bank. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR>. Acesso em: 20 ago. 2022.

⁷ Credit Suisse. *Global Wealth Report*. 2016. Disponível em: <http://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=AD783798-ED07-E8C2-4405996B5B02A32E>. Acesso em: 20 ago. 2022.

⁸ MEDEIROS, Marcelo. A desigualdade do Brasil é disfuncional para a democracia. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/politica/1446611627_268265.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

35% do patrimônio total).⁹ O Relatório *Working for the Few*, publicado em 2014 pela OXFAM, aponta que as 85 pessoas mais ricas do mundo possuíam a mesma riqueza que a metade inferior da população mundial.¹⁰ Em relatório recém-publicado, a Oxfam afirma que “81 bilionários detêm mais riqueza do que os 50% do mundo combinados” e que o “1% mais rico ganhou 74 vezes mais do que os 50% menos ricos na última década”, dados que ilustram bem o atual cenário global.¹¹

No Brasil, as mais recentes pesquisas conduzidas confirmam a tendência global: a desigualdade que assola o país é mais alta do que se imaginava e o crescimento brasileiro é apropriado por uma pequena parcela da população¹². De acordo com pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a carga tributária suportada por famílias que auferem renda de até dois salários-mínimos é de aproximadamente 48,8% da sua renda. Já para as famílias que possuem renda superior a 30 salários-mínimos, a carga é de aproximados 26,3%¹³.

Diante desse cenário de desigualdade econômica, observa-se que a realidade se distancia, dia após dia, dos objetivos constitucionais insculpidos, em especial no artigo 3º da Constituição Federal. E quando as escolhas políticas se demonstram falhas, fomentando a desigualdade econômica e se mostrando incapazes de garantir o mínimo de recursos materiais necessários a uma vida digna e à efetivação da democracia, a legitimidade tanto do Estado como administrador dos interesses coletivos como das suas instituições sociais e políticas passa a ser questionada.

Ainda que em um regime democrático, o poder de agenda dos detentores dos recursos econômicos é inegável e preocupante, pois viola o ideal democrático de igualdade política. Nesse sentido, Ricardo Lodi afirma que “a reinvenção da política não se caracteriza pelo

⁹ PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

¹⁰ OXFAM. *Working for the Few*. 2014. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/working-few>. Acesso em: 20 ago. 2022.

¹¹ OXFAM. *A sobrevivência do mais rico*: por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades. 2023, p. 14-15.

¹² MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; CASTRO, Fábio Avila de. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, Mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2022.

¹³ IPEA. Comunicado da Presidência IPEA nº 22. Receita pública: quem paga e como se gasta no Brasil. 2009. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/090630_comunicadoipea22.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

triunfo do neoliberalismo, mas, ao contrário, pela crítica ao domínio do plano econômico sobre todos os demais, e ao autoritarismo político a serviço da lógica do mercado”.¹⁴

Ainda, elevados índices de desigualdade econômica e social enfraquecem a confiança nas instituições democráticas do Estado, prejudicando o fortalecimento e a consolidação da democracia no país. A legitimidade estatal para gerir os interesses da coletividade acaba sendo corroída, o que fragiliza o pacto social, abre espaço para que a escolha pela via democrática seja questionada e dando espaço para discursos autoritários antidemocráticos.

Diante desse cenário, verifica-se que o aumento da desigualdade econômica e da pobreza, bem como a elevada concentração de riquezas nas mãos de poucas pessoas, representam obstáculos à efetivação do regime democrático no Brasil. Isso porque um regime democrático exige condições para a sua existência e fortalecimento que são incompatíveis com um cenário no qual a carência de recursos materiais impede o exercício de direitos civis e políticos de forma livre.

Portanto, diante do atual cenário no qual a desigualdade econômica contribui para o enfraquecimento das instituições e práticas democráticas, chegando a colocá-las em risco, como poderia a tributação ser utilizada com a finalidade de reverter esse quadro? Seria possível, por meio de escolhas racionais, mais próximas da realidade que marca o país, repensar o papel da tributação como instrumento de redução de desigualdade econômica, pobreza e efetivação democrática, em consonância com as escolhas normativas constitucionais vigentes? E o gasto público, que tem sofrido nos últimos anos limitações que impedem a realização de gastos sociais mais elevados?

A presente tese de doutorado se relaciona intimamente com essas indagações, visando repensar a atividade financeira do Estado como um importante instrumento de fortalecimento democrático, já que “a arrecadação de tributos provavelmente é a maior aliada das políticas públicas que visam a promoção da igualdade e da justiça social”¹⁵, valores que contribuem para o desenvolvimento de uma democracia inclusiva e que busque promover igualdade de oportunidades.

Diante do atual cenário marcado por um retrocesso democrático e por elevados níveis de desigualdade socioeconômica, é necessário buscar compreender qual é o papel da tributação e do gasto público como possíveis instrumentos de equalização econômica e de

¹⁴ RIBEIRO, Ricardo Lodi. Globalização, concentração de renda e tributação. In: MORAES, Carlos Eduardo Guerra de; RIBEIRO, Ricardo Lodi (Coord.). *Finanças públicas, tributação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2015, p. 306.

¹⁵ NUNES, Cleucio Santos. Justiça e equidade nas estruturas endógena e exógena da matriz tributária brasileira. 2016. 399 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p. 26.

efetivação democrática. Portanto, a presente tese tem como objetivo diagnosticar a atual situação brasileira para que, com as informações e dados obtidos, consiga apresentar propostas que possibilitem redesenhar institutos da tributação e do gasto público em busca da redução de desigualdades econômicas e pobreza, de modo a pavimentar um caminho de retomada do fortalecimento democrático no Brasil.

Delimitação temática, objetivos e propósito desta pesquisa

A presente tese tem como principal objetivo investigar como a tributação e as políticas de gasto público podem contribuir para o fortalecimento do regime democrático brasileiro, em conformidade com as opções constitucionais normativas em vigor.

O estudo do objetivo geral se subdivide em compreender como a desigualdade econômica e a pobreza impactam no desenvolvimento e na consolidação de um regime democrático e, para tanto, será analisada a estrutura e os atuais índices de desigualdade econômica e de pobreza no Brasil e no mundo, utilizando-se de dados governamentais e estudos sobre o tema.

Após, buscar-se-á compreender a conceituação contemporânea de democracia e aproximá-la do modelo de Estado Democrático moldado pela Constituição Federal de 1988, tarefa que se mostra desafiadora, já que não existe um único conceito de democracia, mas vários, a depender dos valores e ideologias que influenciam na sua análise. Ainda, para desenvolver o estudo aqui proposto, é necessário identificar quais são as finalidades do regime democrático brasileiro, nos termos do texto constitucional em vigor.

Após ter sido compreendida a conceituação de democracia a ser utilizada neste trabalho e os impactos da desigualdade econômica e da pobreza no desenvolvimento da democracia, é preciso examinar se o atual desenho da tributação e das políticas de gasto público no Brasil (matriz financeira do Estado brasileiro) contribuem ou não para o fortalecimento da democracia no país, análise que considera as opções constitucionais normativas em vigor.

As hipóteses elaboradas a partir da delimitação do problema aqui enfrentado e dos objetivos que nortearam a pesquisa são de que o atual desenho das instituições tributárias e das políticas de gasto público não contribui para a redução dos elevados níveis de desigualdades econômicas e de pobreza, em contrariedade às opções constitucionais

normativas vigentes e que, como consequência, acaba por contribuir para a erosão do regime democrático brasileiro, já que tanto as condições necessárias como as favoráveis à existência e consolidação de um regime democrático inclusivo são fragilizadas em um cenário de elevados níveis de carência de recursos materiais e políticos. A manutenção e fortalecimento de um regime democrático exige condições que assegurem aos indivíduos igualdade política bem como um mínimo de recursos materiais que lhes assegure autonomia, já que possuir ou não possuir recursos materiais, ainda que em níveis mínimos, é determinante para o exercício de poder e influência no campo político.

A conclusão a que se chega neste trabalho é a de que o fortalecimento e consolidação de um regime democrático exige condições sociais, econômicas e políticas que assegurem aos indivíduos igualdade política bem como igualdade de oportunidades, de modo que tenham um mínimo de recursos materiais que lhes assegure autonomia para exercerem os seus direitos forma livre e, para que isso ocorra, a matriz financeira do Estado precisa estar alinhada com esse projeto democrático moldado pelo texto da Constituição Federal de 1988, sendo necessário, em especial, promover uma reestruturação no imposto sobre a renda da pessoa física, para que seja efetivamente progressivo, pois com base na literatura teórica e empírica, mostra-se ser o tributo com maior capacidade redistributiva, bem como implementar um novo regime fiscal, deixando para trás as políticas de austeridade formalmente implementadas no país a partir do ano de 2016, com forte viés neoliberal e seletivo, restringindo o gasto social e prejudicando com mais intensidade as pessoas mais vulneráveis da sociedade brasileira, que dependem de prestações estatais para subsistir.

Estrutura do trabalho

A presente tese é dividida em três partes: Capítulo I – Um panorama da desigualdade econômica no século XXI; Capítulo II - A democracia e os seus desafios na contemporaneidade; e Capítulo III – Finanças públicas como instrumento de fortalecimento democrático. No primeiro capítulo será analisada a questão da desigualdade econômica e a questão da pobreza. Serão apresentados dados disponibilizados por entidades estatais e privadas que ilustram o atual cenário brasileiro. Por fim, será analisado como a desigualdade econômica e pobreza impactam a existência, o fortalecimento e a consolidação de um regime democrático, com base na literatura teórica e empírica.

Na segunda parte, o foco é apresentar uma definição de democracia e dos elementos necessários e favoráveis à sua existência e quais são as instituições políticas democráticas. Será analisada a ideia de igualdade política e de igualdade de oportunidades como objetivos de uma democracia liberal igualitária, adotando como premissa que a falta de recursos materiais mínimos obstaculiza o exercício de direitos políticos de forma igualitária, sendo, portanto, necessário voltar as atenções para a questão dos altos índices de desigualdade material que prejudicam a democracia e a própria igualdade política. Após, será analisada a crise da democracia no século XXI e qual é a possível relação existente entre os elevados índices de desigualdade econômica e pobreza existente com a erosão democrática global, com ênfase no Brasil.

No terceiro capítulo, busca-se responder à pergunta que orientou a presente pesquisa, momento no qual analisar-se-á, sob a ótica das opções normativas constitucionais, como a tributação e o gasto público no Brasil contribuem para o fortalecimento da democracia no país. Para tanto, será examinado o desenho do sistema tributário brasileiro, para que seja possível compreender como se tributa, de quem se tributa e quais são as suas atuais distorções em face da Constituição Federal e dos objetivos que ela elenca como prioritários. Feito um diagnóstico da atual situação da Matriz Tributária do Estado brasileiro e identificadas as principais distorções que a afastam do que a Constituição Federal exige para a consolidação do projeto de Estado democrático que propõe, serão apresentadas possíveis alterações no desenho da matriz tributária hoje vigente que, uma vez implementadas, tendem a contribuir com a redução dos elevados índices de desigualdade econômica e de pobreza, com foco na necessária reformulação da tributação sobre a renda da pessoa física, de modo a torna-la efetivamente progressiva e pautada em valores de equidade, torando-se um verdadeiro instrumento redistributivo, o que se entende contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da democracia no Brasil. Por fim, analisa-se se a limitação ao gasto público social no Brasil implementada por uma política de Austeridade Seletiva, de modo a identificar a sua relação com o combate à desigualdade econômica e à pobreza no país.

Ao final, serão apresentadas as conclusões a que se chegou neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. *Curso de direito tributário brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio da Janeiro: Intrínseca, 2022.

AGÊNCIA IBGE. Em 2017, expectativa de vida era de 76 anos. *Agência de Notícias IBGE*, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-era-de-76-anos>. Acesso em 20 fev. 2019.

AGRA, Walber de Moura. *Curso de direito constitucional*. 10. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

ÁLVAREZ, Juan Pablo. Quanto os países da América Latina contribuem para a economia mundial? *Bloomberg Línea*, 2022. Disponível em: <https://www.bloomberglinea.com.br/2022/09/25/quanto-os-paises-da-america-latina-contribuem-para-a-economia-mundial>. Acesso em: 28 nov 2022.

AVI-YONAH, Reuven S. The Three Goals of Taxation. *Tax L. Rev.* 60, no. 1 (2006), p. 1-28

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019, p. 141.

AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à ciência política*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2008, p. 246-247.

BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BARCELLOS, Ana Paula de. *Direitos fundamentais e direito à justificativa: devido procedimento na elaboração normativa*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

BARCELLOS, Ana Paula de. Políticas públicas e o dever de monitoramento: “levando os direitos a sério”. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 8, p. 251-165, 2018.

BARRETTO, Vicente de Paulo (coord.). *Dicionário de filosofia política*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

BARZOTTO, Luis Fernando. *A democracia na Constituição*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

BENFATTI, Fabio Fernandes Neves. *Direito ao desenvolvimento*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BINENBOJM, Gustavo. *Liberdade igual: o que é e por que importa*. Rio de Janeiro: História Real, 2020.

BIRD, Colin. *Introdução à filosofia política*. São Paulo: Madras, 2011.

BLYTH, Mark. *Austerity: the history of a dangerous ideia*. New York: Oxford University Press, 2015.

BONFANTI, Cristiane. Reforma tributária deixa justiça tributária em segundo plano, diz Regina Helena. Jota. 23 maio 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/reforma-tributaria-deixa-justica-tributaria-em-segundo-plano-diz-regina-helena-23052022>. Acesso em: 02 jan. 2023.

BRANDÃO, Rodrigo. São os direitos sociais cláusulas pétreas? Em que medida? In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. *Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 2 jan. 2023.

CAGÉ, Julia. *The price of democracy: how money shapes politics and what to do about it*. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

CALEIRO, João Pedro. Quanto mais rico, mais anos de vida, diz estudo. *Exame*, 7 fev. 2015. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/quanto-mais-rico-mais-anos-de-vida-diz-estudo/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Nova regra fiscal deve ser discutida ainda neste semestre. 24 jan. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/935091-nova-regra-fiscal-deve-ser-discutida-ainda-neste-semester/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Raio X do Orçamento de 2023 (PLOA)*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/raio-x-do-orcamento/raio-x-2021/raio-x-do-orcamento>. Acesso em 10 jan. 2023.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Adam Smith. In: CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo et al. (coord.). *Leituras clássicas de direito tributário*. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo et al. (coord.). *Leituras clássicas de direito tributário*. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

CAPANO, Giliberto; PIATTONI, Simona; RANIOLO, Francesco et. al. *Manuale di scienza politica*. 2. ed. Bolonha: Mulino, 2017, p. 124-125.

CAPONE, Rodrigo Senne. Distorções do federalismo fiscal brasileiro, desigualdades socioeconômicas, pobreza e clientelismo: obstáculos ao desenvolvimento democrático no

Brasil. In: CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo *et al.* *Estudos sobre federalismo fiscal*. Salvador: JusPodivm, 2022.

CARAZZA, Bruno. *Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARVALHO JR., Pedro Humberto Bruno de. Imposto sobre propriedade de veículos automotores. In: FAGNANI, Eduardo (org.). *A reforma tributária necessária: diagnósticos e premissas*. Brasília: ANFIP, 2018.

CARVALHO JR., Pedro Humberto Bruno de. O imposto sobre heranças e doações. In: FAGNANI, Eduardo (org.). *A reforma tributária necessária: diagnósticos e premissas*. Brasília: ANFIP, 2018.

CESARE, Claudia M. de. Condições básicas para garantir a funcionalidade da tributação recorrente ao patrimônio imobiliário urbano e rural. In: FAGNANI, Eduardo (org.). *A reforma tributária necessária: diagnósticos e premissas*. Brasília: ANFIP, 2018.

CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel *et al.* *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab, p. 12. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>. Acesso em: 12 dez 2022.

CHOMSKY, Noam. *Profit over people: neoliberalism and global order*. New York: Seven Stories Press, 1998, p. 7 e 20.

CNN. *Trump Tax Cuts*. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/12/20/perspectives/trump-tax-cuts/index.html>. Acesso em: 3 jan. 2023. NEW YORK TIMES. *Trump Tax Cut*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/01/22/opinion/trump-tax-cut.html>. Acesso em: 3 jan. 2023.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Os livres podem ser iguais?: liberalismo e direito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2022.

COLARES, Laís Gramacho. O mito da progressividade da tributação da renda no Brasil. *Revista ABRADT Fórum de Direito Tributário*, v. 3, n. 6, p. 17-36, jul./dez. 2019.

COPPEDGE, Michael; GERRING, John; ALTMAN, David *et al.* Conceptualizing and Measuring Democracy: A New Approach. *Perspectives on Politics*, v. 9, n. 2, 2011, p. 247-267.

CORREIO BRAZILIENSE. 70% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos. 23 nov. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/11/5053834-70-dos-trabalhadores-brasileiros-ganham-ate-dois-salarios-minimos.html>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CREDIT SUISSE. Global Wealth Report. 2016. Disponível em: <http://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=AD783798-ED07-E8C2-4405996B5B02A32E>. Acesso em: 20 ago. 2022.

- CRICK, Bernard. *Democracy: a very short introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.
- DAHL, Robert. *A preface to democratic theory*. Expanded edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Trad. de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016, p. 42.
- DAHL, Robert A. *Um prefácio à teoria democrática*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- DAHL, Robert A. *Who governs?: democracy and power in an american city*. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 2005.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 23-24.
- DANIELS, Norman. Equal Liberty and Unequal Worth of Liberty. In: RICHARDSON, Henry S.; WEITHMAN, Paul J (Ed.). *The two principles and their justification*. New York: Garland, 1999.
- DEUTSCHE WELLE. Fim do imposto de solidariedade à antiga Alemanha Oriental. 15 nov. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- DIAMOND, Larry J. *The spirit of democracy: the struggle to build free societies*. New York: Holt Paperbacks, 2008.
Disponível em: <https://www.nalog.gov.ru/eng/individuals/nalog/ndfl/>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- DIAS, João Luís Fischer et al. (org.). *Estudos de direito público: homenagem aos 25 anos de Mestrado em Direito da UnB*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.
- DUNCAN, Denvil; SABIRIANOVA PETER, Klara. Tax Progressivity and Income Inequality. *Andrew Young School of Policy Studies Research Paper Series*, n. 08-26, jun. 2008. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1260860>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- ECONOMIST INTELLIGENCE. *Democracy Index 2021: The China challenge*. 2022.
Disponível em: <https://www.eiu.com/>. Acesso em: 2 jan. 2023
- FACHIN, Zulmar; SAMPAR, Rene. *Teoria do Estado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. *E-book* (não paginado).
- FAGNANI, Eduardo (org.). *A reforma tributária necessária: diagnósticos e premissas*. Brasília: ANFIP, 2018.

FERNANDES, Carlândia Brito Santos *et al.* *The impact of direct and indirect taxes on income inequality*, 2020. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/THE-IMPACT-OF-DIRECT-AND-INDIRECT-TAXES-ON-INCOME-Fernandes-Vasconcelos/6e4ea666fdc349beb38d3f16f874858afd2876ea>. Acesso em: 03 jan. 2023.

FERREIRA DA SILVA, Valmir Alves. *Contribuição dos gastos públicos no desenvolvimento da sociedade*. Curitiba: Appris, 2015.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 41. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

FÓRUM 21; FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG (FES); GT DE MACRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA (SEP); PLATAFORMA POLÍTICA SOCIAL. *Austeridade e Retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil*. São Paulo: [s. n.], 2016. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

PLATAFORMA POLÍTICA SOCIAL. *Austeridade e Retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil*. São Paulo: [s. n.], 2016. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019, p. 42.

FOX, Jonathan. The Difficult Transition from Clientelism to Citizenship: Lessons from Mexico. *World Politics*, Vol. 46, No. 2 (Jan., 1994), p. 151-184.

FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World 2020*. Londres: Rowman & Littlefield, 2020. Disponível em: <https://freedomhouse.org/reports/publication-archives>. Acesso em: 5 jan. 2022.

FUKUYAMA, Francis. *Liberalism and its discontents*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2022.

FUKUYAMA, Francis. Why is democracy performing so poorly? *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, p. 11-20, jan. 2015.

DUTRA, Roberto; RIBEIRO, Marcos Abraão. Neopatrimonialismo, diferenciação funcional e relação centro-periferia revisitada. *Revista Política & Sociedade*, v. 19, n. 46, p. 387-422, 2020.

GALDINO, Flavio. *Introdução à teoria dos custos dos direitos: direitos não nascem em árvores*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

GASPARINI, Leonardo. *Desiguales: una guía para pensar la desigualdad económica*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2022.

GASSEN, Valcir. Matriz tributária brasileira: uma perspectiva para pensar o Estado, a Constituição e a tributação no Brasil. In: GASSEN, Valcir (org.). *Equidade e eficiência da matriz tributária brasileira: diálogos sobre estado, constituição e tributação*. 2. ed. rev., atual., aum. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

GINI Index (World Bank estimate). The World Bank. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GOMES, Marcel. As distorções de uma carga tributária regressiva. *Desafios do Desenvolvimento*, São Paulo, v. 86, p.36-43, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/ed86/pdfs/160328_revista_desafios_86.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?: a genealogia filosófica de uma grande aventura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GREEN, Duncan. *From poverty to power: how active citizens and effective states can change the World*. 2. ed. Reino Unido: Practical Action Publishing and Oxford and Oxfam International, 2012.

GREVE, Bent. *Poverty*. 1. ed. Taylor and Francis, 2019. Disponível em: <https://www.perlego.com/book/1601733/poverty-pdf>. Acesso em: 18 dez 2022. *E-book*.

GUTMANN, Amy. Democracy. In: *A companion to contemporary political philosophy*. Vol. II. 2. ed. GOODIN, Robert E.; PETTIT, Philip; POGGE, Thomas (Eds.). Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 31. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2022. *E-book* (não paginado).

HELD, David. *Models of democracy*. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2006.

HICKEL, Jason. *The divide: a brief guide to global inequality and its solutions*. Londres: William Heinemann, 2017.

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. *O custo dos direitos: por que a liberdade depende dos impostos*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 19.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comunicado da Presidência IPEA nº 22. Receita pública: quem paga e como se gasta no Brasil. IPEA, 2009. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/090630_comunicadoipea22.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019. Acesso em: 04 fev. 2019.

INSTITUTO IGARAPÉ. *Latin America is the world's most violent region. A new report investigates why*, 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/latin-america-is-the-worlds-most-violent-region-a-new-report-investigates-why/>. Acesso em: 15 dez 2022.

IPEA. Comunicado da Presidência IPEA nº 22. Receita pública: quem paga e como se gasta no Brasil. 2009. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/090630_comunicadoipea22.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

IZA. *What is economic inequality?* Disponível em: <http://wol.iza.org/key-topics/economic-inequality>. Acesso em: 10 dez 2022.

JACOBS, Lawrence R.; SKOCPOL, Theda (ed.). *American democracy in an era of rising inequality*. In: *Inequality and american democracy: what we know and what we need to learn*. New York: Russel Sage Foundation, 2005, p. 1.

JEFFERSON, Philip N. *Poverty: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2018. *E-book*.

JUCÁ, Francisco Pedro. *Finanças públicas e democracia*. São Paulo: Atlas, 2013.

KAMIN, David. Reducing poverty, not inequality: what changes in the tax system can achieve. *66 Tax Law Review* 593, 2013.

KARL, Terry Lynn. Economic inequality and democratic instability. *Journal of Democracy*, v. 11, n. 1, p. 149-156, jan. 2000.

KYMLICKA, Will. *Contemporary political philosophy: an introduction*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.

LAGO, Miguél Ángel Martínez; MORA, Leonardo García de la, ALMUDÍ CID, José Manuel. *Lecciones de derecho financiero y tributario*. 13. ed. Madrid: Iustel, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MACIEL, Everardo. Breves reflexões sobre projetos de reforma tributária. In: ROCHA, Wesley (coord.). *Reforma Tributária em Pauta*. São Paulo: Almedina, 2021.

MAINWARING, Scott; MASOUD, Tarek. Introduction: democracy in hard places. In:

MAINWARING, Scott; MASOUD, Tarek (ed.). *Democracy in hard places*. Oxford: Oxford University Press, 2022. *E-book* (não paginado).

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Cross-Currents in Latin America. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, p. 114-127, 2015.

MANKIW, Gregory N. *Introdução à economia*. 4. ed. brasileira. São Paulo: Cengage, 2021.

MARTINS, Guilherme Waldemar d'Oliveira. *Os benefícios fiscais: sistema e regime*. Coimbra: Almedina, 2015.

MEDEIROS, Marcelo. A desigualdade do Brasil é disfuncional para a democracia. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/politica/1446611627_268265.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; CASTRO, Fábio Avila de. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e

Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). Dados, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, Mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2022.

MILANOVIĆ, Branko. *A desigualdade no mundo: uma nova abordagem para a era da globalização*. Coimbra: Actual, 2017, p. 50.

MILANOVIĆ, Branko. *Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo*. São Paulo: Todavia, 2020, p. 8.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2023>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MOREIRA, André Mendes. *Neutralidade, valor acrescido e tributação*. Belo Horizonte: Fórum, 2019, p. 19.

MOTA, Paulo. *Austeridade expansionista: como matar uma ideia zombie?* Coimbra: Almedina, 2017.

MUSGRAVE, Richard A; MUSGRAVE, Peggy B. *Public finance in theory and practice*. 5. ed. New York: McGraw-Hill Education, 1989, p. 4-5.

NABAIS, José Casalta. *Direito fiscal*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2015, 160.

NEDEL, José. RAWLS, JOHN [1921-2002]. In BARRETTO, Vicente de Paulo (coord.). *Dicionário de filosofia política*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. *Princípios de economia*. 7. ed. São Paulo: Cengage, 2017, p. 22.

NUNES, Cleucio Santos. Devolução dos tributos sobre o consumo é medida pouco debatida, mas eficaz. CONJUR. 20 out. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-out-20/cleucio-nunes-devolucao-tributos-incidentes-consumo>. Acesso em: 03 jan. 2023.

NUNES, Cleucio Santos. Equidade e justiça como fundamentos de um sistema tributário democrático. In: OLIVEIRA, Eduardo Alves de; SILVA, Verônica Aparecida Magalhães da (coord.). *Tributação e temas atuais*. São Paulo: Atlas, 2022.

NUNES, Cleucio Santos. Justiça e equidade nas estruturas endógena e exógena da matriz tributária brasileira. 2016. 399 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NUNES, Cleucio Santos. *Justiça tributária*. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

NUSSBAUM, Martha C. *Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

OCDE. *Inequality hurts economic growth, finds OECD research*, 2014. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/inequality-hurts-economic-growth.htm>. Acesso em: 10 dez 2022.

OECD. *In It Together: Why Less Inequality Benefits All*, 2015.

OLIVEIRA, Eduardo Alves de; SILVA, Verônica Aparecida Magalhães da (coord.). *Tributação e temas atuais*. São Paulo: Atlas, 2022.

OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de. *ICMS no Estado do Rio de Janeiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2021. *E-book* (não paginado).

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. *Direito tributário: capacidade contributiva*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Gastos públicos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

ORTIZ, Isabel; CUMMINS, Matthew. *The age of austerity: a review of public expenditures and adjustment measures in 181 countries*. In: Initiative for Policy Dialogue and the South Centre – Working Paper, 2013.

OXFAM BRASIL. *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>. Acesso em: 20 fev. 2019.

OXFAM BRASIL. *País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/pais-estagnado>. Acesso em: 20 fev. 2019.

OXFAM. *A sobrevivência do mais rico: por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades*. 2023.

OXFAM. *Working for the Few*. 2014. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/working-few>. Acesso em: Acesso em: 20 ago. 2022.

OZAI, Ivan Ozawa. *Benefícios fiscais do ICMS*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. *Curso de derechos fundamentales: teoria general*. Madrid: Universidade Carlos III, 1999 *apud* SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. *Interpretação constitucional e direitos fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 114.
PEREIRA, Paulo Trigo *et al.* *Economia e finanças públicas*. 5. ed. Lisboa: Escolar Editora, 2016.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. *Direitos humanos, Estado de direito e constituição*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2021.

PEUGNY, Camille. *O destino vem do berço?: desigualdades e reprodução social*. Campinas: Papyrus, 2014.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2014. *E-book* (não paginado).

PINTO, Céli Regina. *Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

POCHMANN, Marcio. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãs e cidadãos*. Santana do Parnaíba: LM&X, 2004.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. São Paulo: Zahar, 2020.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the limits of self-government*. New York: Cambridge University Press, 2010.

PRZEWORSKI, Adam. *Qué esperar de la democracia: límites y posibilidades del autogobierno*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael E.; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. *Democracy and development: political institutions and well-being in the World, 1950-1990*. New York: Cambridge University Press, 2000.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. O que mantém as democracias?. *Lua Nova* [online]. 1997, n. 40-41, pp. 113-135.

PSCHEIDT, Kristian Rodrigo. *Sistema tributário nacional: justiça fiscal e a economia comportamental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

PUTNAM, Robert. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2020.

PWC. France - Individual – Taxes on personal income. 14 fev. 2022. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/france/individual/taxes-on-personal-income>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PWC. Personal income tax PIT rates. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/quick-charts/personal-income-tax-pit-rates>. Acesso em: 18 jan. 2023.

RACANICCI, Jamile. Regina Helena Costa: nenhuma proposta de reforma se preocupa com Justiça tributária. Jota. 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/reforma-tributaria-regina-helena-costa-23082019>. Acesso em: 02 jan. 2023.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 4. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

REBOUÇAS, Marcus Vinícius Parente. *Tributação e desigualdade econômica: elementos de tributação redistributiva para o Brasil do séc. XXI*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Carga tributária no Brasil 2021: análise por tributos e bases de incidência*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/carga-tributaria>. Acesso em: 2 jan. 2023.

REPETTI, James R. Democracy and opportunity: a new paradigm in tax equity. *Vanderbilt Law Review*, v. 61, n. 4.

REUTERS. Davos 2023: Recession casts long shadow over opening of WEF Summit. 17 jan. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/davos-2023-global-recession-seen-likely-2023-wef-survey-2023-01-16/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

REUTERS. *Latin America's 'pink tide' may have hit its high-water mark*, 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/latin-americas-pink-tide-may-have-hit-its-high-water-mark-2022-12-22/>. Acesso em: 15 dez 2022.

REZENDE, Fernando. *Finanças públicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, Flávio. *Economia do setor público*. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

RIBEIRO, Renato Janine. *Democracia*. In BARRETTO, Vicente de Paulo (coord.). *Dicionário de filosofia política*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. A tributação na era da austeridade seletiva. In: BOLONHA, Carlos *et al.* (coord.). *30 anos da Constituição de 1988: uma jornada democrática inacabada*. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Austeridade seletiva e desigualdade. *Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 8, p. 158-172, jan. 2019.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. *Desigualdade e tributação na era da austeridade seletiva*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. *Direito e política em tempos sombrios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, apresentação.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. *Finanças públicas e pandemia: entre austeridade e a democracia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Globalização, concentração de renda e tributação. In: MORAES, Carlos Eduardo Guerra de; RIBEIRO, Ricardo Lodi (Coord.). *Finanças públicas, tributação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2015.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Piketty e a reforma tributária igualitária no Brasil. *RFPTD*, v. 3, n. 3, 2015.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Reforma tributária simplifica, mas tem efeitos regressivos e centralizadores. *Jota*. 8 abril 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-abr-08/ricardo-lodi-reforma-tributaria-simplifica-efeitos-regressivos>. Acesso em: 2 jan. 2023.

ROCHA, Sergio Andre. A expansão do Direito Tributário e a excepcionalidade dos benefícios fiscais. *In: JOTA*. 11 abril 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-da-abdf/a-expansao-do-direito-tributario-e-a-excepcionalidade-dos-beneficios-fiscais-11042022>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ROCHA, Sergio André. *Fundamentos do direito tributário brasileiro*. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.

ROCHA, Wesley (coord.). *Reforma Tributária em Pauta*. São Paulo: Almedina, 2021.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (org.). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

ROWBOTTOM, Jacob. *Democracy Distorted*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SALES, Rosemary Carvalho. *ICMS & benefício fiscal: efeitos do controle de constitucionalidade em matéria de guerra fiscal*. Curitiba: Juruá, 2018.

SAMUELSON, Paul A; NORDHAUS, William D. *Economics*. 19th ed. New York: McGraw Hill, 2009.

SÁNCHEZ-ANCOCHEA, Diego. *The cost of inequality in Latin America: lessons and warnings for the rest of the world*. London: Bloomsbury, 2021.

SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

SARTORI, Giovanni. *¿Qué es la democracia?*. 2. Ed. Espanha: Taurus, 2014.

SCAFF, Fernando Facury. *Orçamento republicano e liberdade igual: ensaio sobre direito financeiro, república e direitos fundamentais no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

SCHAEFER, Richard T. *Sociologia*. 6. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCHÄFER, Armin. Consequences of social inequality for democracy in Western Europe. *Z Vgl Polit Wiss*, v. 6, n. 2, p. 23–45, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12286-010-0086-6>. Acesso em: 2 jan. 2023.

SCHLOSSER, Markus. Agency. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2019 Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/agency/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SCHOUERI, Luís Eduardo. *Direito tributário*. 11. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.

SCHOUERI, Luís Eduardo. *Normas tributárias indutoras e intervenção econômica*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Tributação e Liberdade. In: PIRES, Adilson Rodrigues; TÔRRES, Heleno Taveira (org.). *Princípios de Direito Financeiro e Tributário: Estudos em Homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 431-471.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *El valor de la democracia*. Espanha: El Viejo Topo, 2006.

SENDRETTI, Lilian. Justiça Tributária: eficiência ou equidade?. In: *41º Encontro Anual da ANPOCS*, 2017, Caxambú. SPG 9 - Democracia, justiça e liberdade: normatividade e conceitos, 2017.

SHAPIRO, Ian. *Os fundamentos morais da política*. Trad. Fernando Santos. Rev. da trad. Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SILVA E CAMPOS, Ronaldo. *Finanças públicas e desenvolvimento: caminhos para superar o modelo neoliberal de atraso e desigualdade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

SILVA, Fabricio Pereira da. *América Latina em seu labirinto: democracia e autoritarismo no século XXI*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2019.

SOCI, Anna; MACCAGNAN, Anna; MANTOVANI, Daniela. Does Inequality Harm Democracy? An Empirical Investigation on the UK, *Quaderni - Working Paper*, DSE N° 935, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2419970>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. São Paulo: Hucitec : Anpocs, 2018.

STF. RE 714.139 (repercussão geral), Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ Acórdão: Min. Dias Toffoli, Pleno, julg. 18/12/2021.

STIGLITZ, Joseph E. *O preço da desigualdade*. Lisboa: Bertrand, 2013.

STIGLITZ, Joseph. *Povo, poder e lucro: capitalismo progressista para uma era de descontentamento*. São Paulo: Record, 2020.

STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A economia desumana: como as políticas públicas afetam a nossa saúde*. Rio de Janeiro: Best Business, 2022.

TAMANAHARA, Rodolfo Tsunetaka. A percepção de que os direitos têm custos e a jurisprudência do STF. In: GASSEN, Valcir (org.). *Equidade e eficiência da Matriz Tributária brasileira: diálogos sobre Estado, constituição e tributação*. 2. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

TAVARES, Nathalia de Andrade Medeiros. *Desigualdades sociais patrimoniais: como a tributação pode reduzi-las?*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

THE CORE ECON TEAM. *The economy. E-book*. Disponível em: <https://www.core-econ.org/the-economy/en/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

THE GLOBAL MULTIDIMENSIONAL POVERTY INDEX. Disponível em: <https://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/>. Acesso em: 10 dez 2022.

THE GUARDIAN. *World's most violent cities: Medellín crime surge helps Latin America top list*, 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2022/may/26/worlds-most-violent-cities-medellin-surge-helps-latin-america-top-list>. Acesso em: 10 nov 2022.

TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. Lisboa: Edições 70, 2020.

TORRES, Heleno Taveira. *Direito constitucional financeiro: teoria da constituição financeira*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de direito financeiro e tributário: atualizado até a EC 95/16 e de acordo com o NCPC*. 20. ed. rev. e atualizada por Silvia Faber Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. V. 2: Valores e princípios constitucionais tributários.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário*. Vol. 3: Os direitos humanos e a tributação: imunidade e isonomia 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

UNAFISCO. Unafisco Nacional lança Nota Técnica sobre tributação da distribuição de lucros e dividendos. 17 fev. 2020. Disponível em: <https://unafisconacional.org.br/unafisco-nacional-lanca-nota-tecnica-sobre-tributacao-da-distribuicao-de-lucros-e-dividendos>. Acesso em: 20 dez. 2023.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. Intervenção no domínio econômico e tributação: extrafiscalidade - aspectos, p. 223-248. In: DIAS, João Luís Fischer et al. (org.). *Estudos de direito público: homenagem aos 25 anos de Mestrado em Direito da UnB*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

VALENCIA, María Fernanda Valdés. *Reducing inequality in Latin America: the role of tax policy*. Oxford: Routledge, 2017.

VARSHNEY, Ashutosh. How India's ruling party erodes democracy. *Journal of Democracy*, v. 33, n. 4, p. 104-118, out. 2022.

VEJA. Eu errei ao promover a desoneração, admite Dilma em Genebra. *Veja*. 13 mar. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/eu-errei-ao-promover-a-desoneracao-admite-dilma-em-genebra/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

VESTING, Thomas. *Teoria do Estado: transformação do Estado na modernidade*. São Paulo: SaraivaJur, 2022. *E-book* (não paginado).

VOßKUHLE, Andreas. *Defesa do Estado constitucional democrático em tempos de populismo*. Trad. Peter Naumann. São Paulo: Sairava Educação, 2020.

WHELAN, Frederick G. *Democracy in theory and practice*. New York: Routledge, 2019.

WORLD BANK. *Poverty and Inequality Platform (PIP)*. Disponível em: <https://pip.worldbank.org/home>. Acesso em: 12 dez 2022.

WORLD BANK. *Poverty & Equity Brief: Latin America & the Caribbean: Brazil*. October 2022. Disponível em: povertydata.worldbank.org. Acesso em: 10 nov 2022.

ZAKARIA, Fared. The rise of illiberal democracy. *Foreign Affairs*, v. 76, n. 6, nov-dez, 1997, p. 22-43.